

A Mídia e a comparação entre Comunismo e Nazismo

por Alain de Benoist

Legio Victrix - 15 de outubro de 2011

A recusa obstinada, bem demonstrada pelo Livro Negro, de comparar o comunismo e o nazismo tem uma conseqüência direta: a diferença de tratamento entre dois totalitarismos e de tudo o que possa parecer aparentado com eles. Enquanto que o nazismo é considerado como o regime mais criminoso do século, o comunismo, que causou a morte de um maior número de homens, continua a ser considerado como um sistema, por certo contestável, mas não obstante perfeitamente defensável tanto no plano político, como intelectual ou moral.

Poderíamos dar inúmeros exemplos desta diferença de tratamento, relativa aos homens e às idéias. Ela pesa também sobre a paisagem política. O nacionalismo é freqüentemente assimilado ao fascismo, e este ao nazismo, enquanto que o socialismo nunca é considerado como potencialmente estalinista. A direita é sempre suspeita de “fascismo”, enquanto que o comunismo, apesar de seus erros, é tido como pertencente às “forças do progresso”. A venda de um livro nazi suscita veementes protestos (e pode cair na alçada da lei), a de um livro comunista não se presta a nenhum comentário particular. Um velho nazi fica infreqüentável para sempre, enquanto que o fato de ter sido comunista não implica nenhuma perda de prestígio nem de estatuto social, mesmo para quem nunca exprimiu arrependimento. O mínimo laço, real ou suposto, com uma ideologia apresentada como tendo, de perto ou de longe, algum parentesco que seja com o nazismo, é uma marca de infâmia indelével que leva à denúncia e ao ostracismo. Um escritor da Colaboração fará para sempre parte dos “malditos”, mas não se vê um escritor ou artista estalinista recusar retrospectivamente alguma homenagem relacionada com o seu stalinismo. Pablo Neruda, Bertold Brecht ou Eisenstein são, e com razão, celebrados pelo seu talento. Drieu, Céline ou Leni Riefenstahl, ainda que não vejam negado o seu, continuam envoltos numa aura sulfurosa, que leva a lembrar que “o talento não é desculpa”. Jamais se perdoaria a um escritor fascista a redação de um hino à glória da Gestapo (coisa que, de resto, nunca aconteceu), mas que Aragon tenha cantado as virtudes do Guépéou [1] jamais afetou a sua reputação. Zomba-se do anticomunismo primário” e louva-se os comunistas por terem, pelo menos, combatido Hitler, mas ninguém se lembra de ironizar sobre o “antinazismo primário” ou de creditar aos nazis, pelo menos, o fato de terem combatido Stalin. Acusa-se o stalinismo de “desvio” do ideal comunista, enquanto ninguém sonha ver no nazismo um “desvio” do ideal fascista. Existe o direito de se enganar sobre o comunismo, mas não sobre o nazismo [2]. Em suma, qualquer compromisso com o nazismo desacredita absolutamente, enquanto os compromissos com o comunismo continuam a ser vistos como faltas comuns e sem gravidade.

Não só a denúncia do nazismo excede a do comunismo, como tende paradoxalmente a amplificar-se, à medida que o tempo passa. Mais de cinquenta anos após a queda do III Reich, os crimes nazis, não os crimes comunistas, são objeto de um fluxo ininterrupto de livros, filmes, emissões de rádio e televisão. “A *damnatio memoriae* do nazismo, sublinha Alain Besançon, longe de conhecer a mínima prescrição, agrava-se todos os dias” [3]. Meio século depois da sua morte, Hitler continua com uma bela carreira na mídia, enquanto Stalin está quase esquecido.

Em 1989, o sistema comunista desmoronou-se diante dos olhos espantados daqueles que, ainda alguns meses antes, afirmavam que o bloco soviético estava mais poderoso do que nunca e que o Exército Vermelho se preparava para invadir a Europa Ocidental [4]. Esta implosão, de que as circunstâncias exatas não foram, até ao momento, seriamente estudadas, produziu-se sem grande impacto de opinião. Não só os antigos dirigentes comunistas não foram massivamente conduzidos ante os tribunais, mas quase todos (exceto na Alemanha e na República Tcheca) foram autorizados a prosseguir, sob uma etiqueta ou outra, a sua carreira política, e em alguns casos chegaram mesmo a voltar ao poder [5]. Na Áustria, o ex-presidente Kurt Waldheim, antigo Secretário-geral da ONU, foi, pelo contrário, objeto de um ostracismo geral quando o seu “passado nazi” foi descoberto. Esta anistia de fato não suscitou no Ocidente nenhum protesto nem espanto particular. Hoje, ninguém sonha em transformar os antigos campos soviéticos em museus, nem construir monumentos às vítimas do terror stalinista [5]. Na França, onde um partido nazi seria imediatamente interdito, o partido comunista, não há muito tempo financiado por Stalin e durante cerca de meio século às ordens de Moscou, não vê ser contestada por ninguém a sua legitimidade, sequer a sua honorabilidade, apesar de tudo o que sabemos hoje sobre o seu passado komiteriano. Criticado pela direita pela sua aliança com este partido, Lionel Jospin chegou mesmo a declarar-se “orgulhoso de contar com ministros comunistas no [seu] governo” [6]. Enquanto nenhum fascista francês se designou a si próprio como “hitlerista”, os dirigentes do PCF vangloriavam-se durante muito tempo de serem “stalinistas”. [7]

No passado, os antifascistas, por outro lado, sempre foram incondicionalmente acreditados, enquanto aqueles que denunciavam o comunismo eram, freqüentemente, olhados como fabuladores ou espíritos partidários. Em 13 de Novembro de 1947, Victor Kravchenko, ao revelar em *J'ai choisi la liberté*, a realidade do sistema concentracionário, foi tratado pelo jornal comunista *Les Lettres Françaises* como “falsário” e “bêbado”. Inicia, então, um processo por difamação, que se desenrola em Paris, de 24 de Janeiro a 4 de Abril de 1949. Margaret Buber-Neumann veio testemunhar em 23 de Fevereiro. Quando ela explicou com base na experiência vivida, que na sua opinião não existe uma diferença de nível entre os campos soviéticos e os campos nazis, foi apelidada de cúmplice dos nazis. O antigo deportado da resistência David Rousset, que também deu o seu apoio a Kravchenko, foi igualmente acusado por Pierre Daix de ter “inventado os campos soviéticos” [8]. No processo que moveu, em 1950, contra *Les Lettres Françaises*, Marie-Claude Vaillant-Couturier declarou: “Sei que não existem campos de concentração na União Soviética e considero o sistema penitenciário soviético como indiscutivelmente o mais desejável do mundo inteiro” [9]. Em 1973, quando Soljénitsyne publicava *O Arquipélago de Gulag*, o jornal *Le Monde* acusa-o de lamentar “que o Ocidente tenha apoiado a URSS contra a Alemanha nazi” – o autor do artigo, Bernard Chapuis, compara-o explicitamente a Pierre Laval, Marcel Déat e Jacques Doriot – e não hesita em difundir o boato da sua instalação no Chile de Pinochet [10]. Um ano depois, um editor alemão que tinha comprado os direitos do livro de Pierra Chaunu, *Le refus de la vie*, recusou-se a publicá-lo depois de o ter traduzido integralmente, porque o autor fazia menção aos crimes do comunismo. O massacre de Katyn, descoberto pelo exército alemão, só foi definitivamente reconhecido como um crime soviético depois do Kremlin ter decidido confessá-lo.

Outro sinal revelador: o discurso anticomunista só começa a ser considerado crível a partir do momento em que é feito por antigos comunistas desiludidos [11]. Os seus hábitos do passado

foram tomados como garantia da sua nova lucidez, enquanto que o fato de ter sido lúcido desde o início era olhado como suspeito. Só eram, portanto, dignos de crédito por uma vivência adquirida na época dos seus antigos hábitos...

Hoje, a situação só evoluiu parcialmente. Dois anos após a queda do Muro de Berlin, um Guy Sitbon ainda escrevia: “No final, estaremos nós seguros de que o comunismo se ruborizará [sic] pelo seu balanço na Rússia, no império, ou na China?” [12]. A maneira como a *mídia* noticiou o filme sobre o pacto germano-soviético e a partilha da Polônia realizado por Jean-Françoise Delassus e Thibaut d’Oiron [13] é igualmente significativa: para além das suas qualidades evidentes, pode ler-se na revista *L’Histoire* que o filme teria “o defeito de querer a qualquer preço demonstrar que o sistema soviético é o maior flagelo que o nosso século tinha conhecido” e de propor uma comparação entre os dois sistemas, comunista e nazi, “com desvantagem para Stalin” (sic). Quanto aos crimes do comunismo, existe o hábito de não os qualificar como tal. Jean Daniel escreve, por exemplo, que o comunismo stalinista recorreu a “meios nazis” [14], quando seria provavelmente mais conforme à verdade histórica escrever que foi o nazismo que usou os “meios comunistas”, pois foi desde a época de Lênin, e sob as suas ordens, que o comunismo se comprometeu deliberadamente na via do crime contra a humanidade como forma de governo [15].

“Se o monstro está morto como fenómeno político, escreve Jean-François Revel, continua bem vivo como fator cultural. O muro caiu em Berlin, mas não nos cérebros. Descrever o comunismo na sua realidade continua um delito de opinião [...] Porque é que o negacionismo definido como um delito quando se refere ao nazismo não o é quando escamoteia os crimes comunistas? É que, aos olhos da esquerda, subsistem os bons e os maus carrascos” [16]. “A insistência em relembrar os crimes do comunismo, observa por seu lado Jacques Julliard, varia na razão inversa da profundidade das nossas convicções progressistas” [17]. Ainda hoje, acrescenta Stéphane Courtois, “os crimes do comunismo não foram submetidos a uma avaliação legítima e normal, tanto do ponto de vista histórico como moral”.

Todos esses fatos confirmam, ainda hoje, que o nazismo suscita um horror que o comunismo, apesar dos seus crimes, não suscita. A questão que então se coloca é saber o porquê. É o que faz Alain Besançon quando, depois de ter sublinhado que “a amnésia do comunismo impele para uma memória muito forte do nazismo e reciprocamente quando a simples e justa memória conduz à condenação de ambos”, pergunta: “Como é possível, hoje, [...] a memória histórica tratar desigualmente [estes dois sistemas] ao ponto de parecer querer esquecer o comunismo?” [18]. Como se explicam o silêncio voluntário e a condenável cegueira que os crimes comunistas beneficiaram durante tanto tempo? Por que razão fatos conhecidos de longa data só hoje começam a ser admitidos? Por que razão encontramos, de um lado, a “memória” e mesmo a hipermnésia e, do outro, tanta indiferença e esquecimento?

Fonte: Reflexão nº 12 do Livro “Comunismo e Nazismo”

[1] “Je chante le Gépéou nécessaire à la France. Demandez un Guépéou. Il vous faut un Guépéou. Vive le Guépéou, figure dialectique de l’heroïsme!” (sic).

[2] “Se era suposto que Maurice Papon conhecesse a realidade de Auschwitz durante a guerra,

como imaginar que marchais tenha podido ignorar o Gulag durante a paz?”, pergunta Jacques Julliard (*L'année des fantômes*, op. Cit., p.434).

[3] Comunicação apresentada na sessão de abertura do Institut de France, art. cit. p. 790.

[4] Somente cinco anos antes da queda do Muro de Berlin, Raymond Aron qualificava a hipótese segundo a qual “a União Soviética estaria ameaçada de desmoronamento” de “idéia aberrante” (*Les dernières années du siècle*, Julliard, 1984, p.119). “Se os Soviéticos, acrescenta, sonharem em conquistar a Europa Ocidental, sem a destruir usando armas nucleares, os próximos anos, os anos oitenta e, também, os anos noventa, são, parece, os melhores” (ibid., p.139). O poder soviético também não se deslocou sob o efeito da “revolta das nações” prognosticado frequentemente por Hélène Carrière d’Encausse (*L’Empire éclaté. La revolte des nations de l’URSS*, Flammarion, 1978). François Furet reconheceu, em 1995, que, sem ilusões sobre a URSS desde 1956, nunca tinha imaginado um fim tão rápido.

[5] Na Polônia, Alexandre Kwasniewski, antigo membro do governo de Jaruzelski, foi recentemente eleito para a presidência contra Lech Walesa. Na Hungria, o atual Primeiro-Ministro, Gyula Horn, pertenceu ao último governo comunista do país. Na Rússia, os comunistas que, em 1917, não obtinham 20% dos votos, constituem em 1998 a fração mais importante no Parlamento. Sobre a ausência de perseguições contra os antigos dirigentes comunistas, cf. Timothy Garton Ash, “Les Séquelles Du passe em Europe de l’Est” in *Espirit*, Outubro de 1998, pp. 45-66.

[6] Este é o mesmo partido que, em Novembro de 1949, acusava de “falsificação” aqueles que evocavam a existência de campos de concentração na URSS, que fez adotar há alguns anos a lei Gayssot. Note-se ainda que os alemães não pensaram criar, na França, uma rua Heinrich-Himmler, mas já houve uma municipalidade comunista francesa que criou, em Pantin, uma rua Dzerjinski, em homenagem ao fundador da Checa.

[7] Em 28 de Abril de 1951, Maurice Thorez foi qualificado como o “melhor stalinista da França” pelo semanário comunista *France Nouvelle*.

[8] *Eduquer contre Auschwitz* ESF, 1997, p. 18.

[9] *Les Lettres Françaises*, 21 de Abril de 1949. Cf. Victor Kravchenko, *J’ai choisi la liberté*, Serf, 1947; Guillaume Malaurie, *L’affaire Kravchenko*, Robert Laffont, 1982.

[10] Cf. Alfred Grosser, *Le crime et la mémoire*, pp. 166-173.

[11] Cf. Pierre Frémion, “Écrivains et intellectuels à Paris. Une esquisse”, in *French Politics and Society*, Primavera de 1998, pp. 1-29. Descrevendo “a batalha política e intelectual em torno de “*O Arquipélago Gulag*” o autor escreve: “Desde o princípio, o *Le Monde* e o seu diretor colocaram-se do lado dos opositores do escritor russo. Durante longos anos, o jornal não cessará de fazer prova de uma perseverança assinalável na mediocridade tendenciosa cada vez que tem oportunidade de evocar Alexandre Soljénitsyne e os seus livros” (p.5).

[12] É, nomeadamente, o caso de Annie Krigel, François Furet, Emmanuel Leroy-Ladurie, Claude Lefort, Stéphane Courtois, etc. É provável que, há quinze anos, a maioria dos autores do *Livro Negro* tivessem recusado acreditar naquilo tudo que hoje afirmam.

[13] *Jeune Afrique*, 11 de Setembro de 1991.

[14] “Hitler et Staline. Liasons dangereuses”, filme difundido por FR-3 em 31 de Novembro, 7 e 14 de Dezembro de 1996.

[15] *Le Nouvel Observateur*, 13 de Novembro de 1997.

[16] Com um espírito semelhante, um Jean D’Ormesson pôde escrever que “entre os homens de esquerda que conduziram com sucesso, durante um período mais ou menos longo, uma política de direita ou de extrema-direita, podemos citar, lamentavelmente, Mussolini e Stalin” (*Le Figaro*, 14 de Abril de 1998). “85 millions de morts!” in *Le Point*, 15 de Novembro de 1997, p.65. O mesmo autor constatava recentemente: “Existe um negacionismo pró-comunista muito mais hipócrita, mais eficaz e mais difuso do que o negacionismo pró-nazi, que continua sumário e grupuscular [...] A organização do não-arrependimento em relação ao comunismo foi a principal atividade política do último decênio, como a organização do seu não-conhecimento foi a dos sete decênios anteriores (“Nazisme-communisme. L’éternel retour des tabous”, in *Le Point*, 10 de Outubro de 1998, p. 118).

[17] “Les plureuses du communisme”, art. cit. p.59.

[18] Art. cit. pp. 793 e 790. “Courtois e Besançon têm razão ao afirmarem que a história não tratou de forma igual o comunismo e o nazismo”, estima Valeria Monchi no *Jewish Chronicle* (11 de Setembro de 1998).